

# PROCESSAMENTO ELETRÔNICO – ELET

---

Competência técnica: Processamento  
Conhecimentos relacionados: Processamento Eletrônico

## **Objetivo Geral**

Proporcionar aos participantes o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao processamento do processo eletrônico.

## **Objetivos Específicos**

- Saber as rotinas cartorárias do Processamento Eletrônico para organizar e executar as atividades de processamento de forma célere e eficiente.
- Exercer todos os atos necessários ao processamento dos processos eletrônicos nos juizados Especiais Cíveis, Varas Cíveis, Varas de Família e Varas da Fazenda Pública.
- Conhecer a legislação específica de funcionamento dos processos eletrônicos – Lei 11.419/2006.

## **Metodologia e Recursos**

Aulas expositivas; materiais de leitura; outros: Manuseio do Sistema DCP e suas Ferramentas.

## **Conteúdo Programático**

- Conceito de Processo Eletrônico.
- Distribuição do Processo pelo Portal.
- Intimação Eletrônica.
- Citação Eletrônica.
- Rotina Cartorária: Locais Virtuais, Vinculação e Juntada de ARs, Cartas Precatórias e Outros.
- Audiência: Regularização, Inclusão de Documentos e Finalização.
- Expedição do Mandado de Pagamento Eletrônico.
- Declínio de Competência.
- Remessa de Processos ao Tribunal de Justiça, Turma Recursal, Contador Judicial, ETIC – Equipe Técnica Interdisciplinar Cível, Central de Partilha, Grupo de Sentença, Central de Arquivamento.
- Requerimento de Protesto.
- Arquivamento.
- Exportação de Processo Eletrônico
- Inclusão de Anexos ao Processo
- Permissão de Acesso a Documentos
- Digitalização e Virtualização de Processos
- Carta Precatória Eletrônica

## **Avaliação**

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

## **Bibliografia**

Lei 13.105/15 – Código de Processo Civil.  
Lei 11.419/2006, de 19 de dezembro de 2006.  
Manuais e Vídeos dos Sistemas de Informática do TJERJ.  
Resolução TJOERJ 16/09, de 30 de novembro de 2009.  
Resolução do STF nº 427, de 20 de abril de 2010.  
Ato Normativo nº 30/2009.  
Ato Normativo nº 11/2011.  
Ato Normativo nº 3/2012.  
Resolução TJOERJ 35/2012.  
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ/ Vice-Presidências 7/2013.  
Ato Normativo Conjunto TJ 12/2013.  
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ/Vice-Presidências 12/2014.  
Provimento CGJ nº 72/2014.  
Provimento CGJ nº 31/2014.  
Aviso CGJ 372/14.  
Ato Normativo Conjunto TJ 8/2015.  
Aviso TJ 26/2015.  
Aviso CGJ 1.391/2015.  
Aviso CGJ 1.962/15.  
Aviso CGJ 1.963/2015.  
Provimento CGJ 85/2015.  
Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ 18/2016.  
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 76/2016.  
Aviso CGJ 664/2016.  
Aviso CGJ 1245/2016.  
Aviso CGJ 1687/2016.  
Aviso TJ 31/2016.  
Provimento CGJ 04/2016.  
Provimento CGJ 95/2016.  
Provimento 116/2016.  
Aviso CGJ 59/2017.  
Aviso TJ 14/2017.

## **Carga horária**

18 horas

Atualização: 07/04/2017	Revisão: 01
-------------------------	-------------